

**Anais da 16^a Jornada de
Iniciação Científica da
Fundação Casa de Rui
Barbosa**

2021

Resumos expandidos

**16ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI
BARBOSA (FCRB)
Programação**

Data: **8 de outubro de 2021** – 10h às 17h

Evento online: Plataforma meet.jit.si

Dia 8 de outubro (sexta-feira)

10h – **Abertura da Jornada:** Comitê Institucional do Programa de Iniciação Científica (Eliane Vasconcellos – coordenadora, Laura do Carmo e Tânia Sobreira Dias)

MESA 1

Avaliador externo: **Marcelo dos Santos (UNIRIO)**

Mediação: Ana Pessoa

10h10min **Casa do barão de Vassouras: a casa como documento histórico**

Bolsista: Ornella Schmals Savini (Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Fonte de financiamento: CNPq

Orientadora: Ana Pessoa

10h20min **A fazenda Santa Mônica e os Nogueira da Gama**

Bolsista: Louhana Rosa Dias de Oliveira (História/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ)

Fonte de financiamento: CNPq

Orientador: Ana Pessoa

10h30min **Uma análise comparativa: fazenda Santa Mônica e fazenda Pau Grande**

Bolsista: Sávia Pontes Paz (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ)

Fonte de financiamento: Faperj

Orientadora: Ana Pessoa

10h40min **A baronesa do Paraná e a pintura decorativa**

Bolsista: Júlia Sousa Costa (Arquitetura e Urbanismo/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Fonte de financiamento: CNPq

Orientadora: Ana Pessoa

10h50min – 11h20min – **Debate com avaliador externo**

MESA 2

Avaliador externo: Marcelo dos Santos (UNIRIO)

Mediação: Eliane Vasconcellos

11h20min [Corina Coaraci: seus escritos entre transcrições e notas](#)

Bolsista: Breno Pagoto de Oliveira (História/Universidade Federal Fluminense – UFF)

Fonte de financiamento: CNPq

Orientadora: Eliane Vasconcellos

11h30min [Apresentando o trabalho com as Obras Completas de Rui Barbosa](#)

Bolsista: Thayná Morena de Oliveira Chagas

Fonte de financiamento: FCRB

Orientadora: Laura do Carmo

11h40min [Edições de cartas pessoais](#)

Bolsista: Júlia Kovaliauskas Bezerra (Letras-Alemão/Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Fonte de financiamento: Voluntária

Orientadora: Laura do Carmo

11h50min [O escândalo do corta-jaca e os desafios de ler Rui Barbosa um século depois](#)

Bolsista: Danielle Cruz (Letras/Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ)

Fonte de financiamento: CNPq

Orientadora: Laura do Carmo

12h 12h30min – **Debate com avaliador externo**

12h30min a 14h – intervalo para almoço

MESA 3

Avaliador externo: Claudia Gurgel (UNIRIO)

Mediação: Eula Dantas Taveira Cabral

14h [Legislação em cultura para além das políticas culturais, uma questão de memória](#)

Bolsista: Anderson Albérico Ferreira (Produção Cultural/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ)

Fonte de financiamento: FCRB

Orientadora: Eula Dantas Taveira Cabral

14h10min [Resgatando a memória: a preservação dos registros culturais a partir do Centro de Referência e de Estudos em Políticas Culturais, o estudo de caso do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM](#)

Bolsista: Isabela Cruz dos Santos de Freitas (Museologia/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

Fonte de financiamento: FCRB

Orientadora: Eula Dantas Taveira Cabral

14h20min [A construção de espaços antifeministas de educação na internet](#)

Bolsista: Danielle Fernandes Rodrigues Furlani (Ciências Sociais/Universidade Federal Fluminense – UFF)

Fonte de financiamento: FCRB

Orientadora: Eula Dantas Taveira Cabral

14h30min [Relações entre mídia e agronegócio: aproximações entre grupos de poder no Brasil](#)

Bolsista: Carolina Venancio Magalhães

Fonte de financiamento: CNPq

Orientadora: Eula Dantas Taveira Cabral

14h40min às 15h10min – **Debate com avaliador externo**

MESA 4

Avaliador externo: Claudia Gurgel (UNIRIO)

Mediação: Ivana Stolze

15h20min [Avodum chomto: tecendo laços com seus irmãos de destino. O conceito de amizade entre falantes de língua mina e de português](#)

Bolsista: Ana Luíza Guimarães Ribeiro (História/Universidade Federal Fluminense –UFF)

Fonte de financiamento: CNPq

Orientadora: Ivana Stolze

15h30min [Aquhé: o ouro mina e a ressignificação da atividade comercial em Minas Gerais, século XVIII](#)

Bolsista: Vinicius Steidle (História/Universidade Federal Fluminense – UFF)

Fonte de financiamento: CNPq

Orientador: Ivana Stolze

15h40min às 16h10min – **Debate com avaliador externo**

16h:20min – 16h30min Encerramento

[Ata da 16ª Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa. Contém indicação dos trabalhos premiados.](#)

Nome: Ornella Schmals Savini

Trabalho: Casa do barão de Vassouras: a casa como documento histórico

Curso/Instituição: Arquitetura e Urbanismo – UFRJ

Orientador: Ana Pessoa

Projeto: O gosto neoclássico e a casa senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café

Fonte de financiamento: CNPq

Período: novembro de 2019 a julho de 2021 – 2º ano

A comunicação proposta se insere na pesquisa “Entre o rural e o urbano: as casas dos ‘barões do café’ do Vale do Paraíba”, desenvolvida pela Fundação Casa de Rui Barbosa, sob a orientação de Ana Pessoa, com o apoio da Faperj. No presente estudo, pretende-se estudar a importância da história da família como uma herança que desvela o passado histórico de como as casas eram habitadas e mobiliadas, na elite cafeeira oitocentista. Isto se dá a partir da casa do barão de Vassouras, visando quatro áreas de investigação: arquitetura, interiores, decoração e mobiliário.

Coloca-se um foco especial para a cidade de Vassouras, onde habitou Francisco José Teixeira Leite, barão de Vassouras. Ele nasceu em São João del Rei em 1804 e era filho do primeiro barão de Itambé. Em 1830, casou-se com sua prima Maria Esméria Leite Ribeiro (1814-1850), com a qual teve sete filhos. Viúvo, casou-se em 1851, com outra prima, Ana Alexandrina Teixeira Leite, com quem teve onze filhos. Esta, era barra-mansense e trinta anos mais nova que o barão. Ela morreu com apenas 46 anos, em 1880, data em que foi feito o seu inventário, fonte da minha pesquisa. O inventário foi feito no ano da morte da baronesa, 1880 e o inventariante era o barão de Vassouras.

A partir do estudo de reconstituição da Casa do Barão de Vassouras – que se iniciou em 2020 e continua em estudo até o momento presente – foi realizada essa comparação com a fonte arquivística do inventário. Foi feita uma transcrição paleográfica do inventário pelas colegas Louhana e Francesca. Nesse sentido, separamos trechos do inventário que nos interessam mais para a pesquisa, apresentando os móveis e ambientes descritos no inventário original em conjunto com fotos da casa e seus móveis originais.

Essa casa já não pode ser visitada durante a pesquisa de campo por encontrar-se em estado de ruína, aguardando restauração. Sendo assim, trabalhou-se com as fotos antigas do IPHAN e os estudos e publicações do antigo morador da casa, o arquiteto Augusto Silva Telles. A partir de tal pesquisa arquivística sobre a casa em conjunto com a pesquisa bibliográfica sobre Vassouras, desenvolveu-se o estudo em questão.

Nome: Louhana Rosa Dias de Oliveira

Trabalho: [A Fazenda Santa Mônica e os Nogueira da Gama](#)

Curso/Instituição: História – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador: Ana Maria Pessoa dos Santos.

Projeto: A Casa Senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café.

Fonte de financiamento: CNPq

Período: julho de 2020 a setembro de 2021 – 2º ano

O presente trabalho é o resultado da investigação realizada no âmbito do projeto “A casa senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café”, e continuidade do trabalho realizado ao longo do último ano de pesquisa, acerca da nobre família Nogueira da Gama no Brasil Imperial. O objetivo é de dialogar com as historiografias mais atuais, e sob a análise da fonte material, de forma a enfatizar os estudos acerca das redes e das famílias na estruturação do Estado Imperial como da casa senhorial, no seu sentido tanto simbólico como material.

Partindo do estudo da Fazenda Santa Mônica, propriedade da família Nogueira da Gama, localizada em Valença, na região do Vale do Paraíba Fluminense, buscou-se observar a “estrutura simbólica de representação do poder de uma família e da sua hierarquia no contexto da sociedade onde se enquadra” (CARITA, 2015, p, 15). Para isso, analisaremos o inventário do marquês de Baependi, *pater* da família Nogueira da Gama e primeiro proprietário da dita fazenda, bem como o de seu filho, o barão de Juparanã, e as fotografias do século XIX do interior da fazenda.

A nobre família, de prestígio para a Coroa, demonstra através da casa o *éthos* de corte que os leva às estratégias de casamento e relações matrimoniais adotadas. Foram localizadas as sesmarias doadas ao patriarca, de modo que a Coroa a realizou a fim de garantir o povoamento e a aliança com a prestigiada família.

Desse modo, observa-se que a sociedade com valores de Antigo Regime, somada às novas instituições político-administrativas criadas a partir do período pombalino e da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (MARTINS, 2007, p. 414), inauguraram novas formas de se relacionar e de gostos, como observaremos nas estratégias adotadas pela família Nogueira da Gama.

A partir da análise dos inventários, depois de transcritos, destacaremos os itens dos bens avaliados, como a prataria, louças, ferramentas, utensílios de cozinha, toalhas e lençóis, móveis, objetos importados e escravaria. Dessa forma, os itens avaliados são uma expressão

do gosto e estilo de vida do poder da família que perpetuou nos governos de d. João VI, d. Pedro I e d. Pedro II, recebendo visitas deste último.

Destacaremos o *éthos* de senhor de escravos, senhor de terras e títulos, bem como a construção da carreira política do *pater* e seus herdeiros, que resulta em um refinamento do interior de sua fazenda. Portanto, o estudo da fazenda Santa Mônica traz o espaço arquitetônico, familiar e simbólico de poder, além da casa como testemunha histórica, de expressão de uma cultura social, política e econômica, de gostos e hierarquias.

A materialização da Casa Senhorial é, portanto, fonte da cultura material e imaterial, testemunhas das relações estabelecidas, dos valores e das relações construídas pela família senhorial do século XIX.

Referências bibliográficas

CARITA, Helder. *A casa senhorial em Portugal*. Lisboa: Leya, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Das racionalidades da história: o Império do Brasil em perspectiva teórica*. Guarulhos: Almanack, n. 4, p.53-61, 2. semestre 2012.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos, América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MENDONÇA, Isabel; MALTA, Marize; CARITA, Hélder. *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. 2014.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras, 1820-1890*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

Nome: Sávia Pontes Paz

Trabalho: [Uma análise comparativa: fazenda Santa Mônica e fazenda Pau Grande](#)

Curso/Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ

Orientador: Ana Maria Pessoa dos Santos

Projeto: A Casa Senhorial no Brasil: Casas rurais e urbanas do ciclo do café

Fonte de financiamento: CNPq

Período: agosto 2020 a julho 2021 – 1º ano

O objeto da apresentação enquadra-se na temática da pesquisa conduzida por Ana Pessoa, intitulada “A Casa Senhorial no Brasil: Casas rurais e urbanas do ciclo do café”. A pesquisa em questão analisa as formas de morar dessa elite nas fases de implantação, apogeu e declínio da economia cafeeira no Vale do Paraíba fluminense, em especial nas cidades de Pirai, Valença e Vassouras. O estudo se dá a partir da origem dessas casas e das mudanças que ocorreram em seus aspectos estéticos e construtivos ao longo do tempo, bem como das redes de sociabilidade entre proprietários, artistas e construtores.

Dado isso, a casa escolhida para a apresentação foi a sede da fazenda Santa Mônica, localizada na antiga freguesia de Nossa Senhora da Glória, município de Valença. O primeiro proprietário, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, que viria a ser visconde e depois marquês do Baependi, foi um dos maiores proprietários de terras na região do Vale do Paraíba Fluminense. Teve importante papel político e sustentou durante sua vida o *ethos* de senhor de terras escravos.

A casa sede foi construída por volta de 1831 e é um dos maiores casarões encontrados na região. Sua implantação sobre um grande platô em terreno elevado permitia uma visão panorâmica das terras e dos cafezais, bem como se fazia notar em sua imponência.

Após o declínio da economia cafeeira, a casa teve distintos usos e conseqüentes modificações em seus espaços internos. Entretanto, é possível, por meio do estudo de registros, esboços, documentos, entre outros métodos utilizados na pesquisa, vislumbrarmos como esses espaços se constituíam no século XIX. Entre esses documentos, estão dez registros estereoscópicos produzidos por Marc Ferrez em 14 de fevereiro de 1881. Nessas estereoscopias, é possível identificar espaços internos da casa, assim como aspectos decorativos e funcionais.

Por meio da análise da planta arquitetônica da casa em sua conformação atual, é possível identificar a organização do programa interior em formato de U, com a existência de um pátio interno e a separação entre as áreas de distribuição de uso da casa. No primeiro pavimento, situam-se as áreas de serviço como depósitos, despensas e cozinhas. Destaca-se

nesse pavimento o vestíbulo, espaço bem no centro da edificação e no qual se encontravam os melhores acabamentos, sendo marcado pela presença de uma elegante escada de acesso com claraboia que leva para o andar acima. Já no sobrado – pavimento superior –, encontravam-se as salas de estar, receber, música, jantar, escritório e dormitórios.

A sede da fazenda Santa Mônica pode ser comparada à da fazenda Pau Grande, localizada no município de Paty do Alferes, distrito de Avelar, no Rio de Janeiro. Foi pertencente a uma família de grande influência política local. Apesar de ter sido construída anteriormente, em 1795, a casa sede também possui uma planta em formato de U com a presença de dois pavilhões simétricos, apenas diferenciando-se por ser semienterrada em função da topografia, transformando-se o sobrado em pavimento térreo em uma das fachadas.

É no sobrado, assim como na fazenda anterior, que as salas e salões destinados ao convívio social localizam-se essencialmente, enquanto o térreo está destinado principalmente ao uso de serviços. As duas casas possuem uma extensa capela que ocupa uma posição em ambos os pisos: na fazenda Santa Mônica, inserida à esquerda da planta; na fazenda Pau Grande, em posição central determinando o eixo simétrico da construção. Do mesmo modo, possuem, nas extremidades das alas ao redor do pátio interno, o espaço destinado aos quartos.

Portanto, a partir da análise das casas que tiveram seu apogeu durante o ciclo do café no Vale do Paraíba Fluminense, tem sido possível contribuir para a melhor compreensão da arquitetura como uma construção, para além de espacial, também cultural, histórica e de poder entre importantes famílias do período, como as famílias Nogueira da Gama e Avellar.

Referências bibliográficas

INEPAC. *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Rio de Janeiro: Instituto Cidade Viva, 2010.

IÓRIO, Leoni. *Valença de ontem e de hoje*. Valença: Companhia Dias Cardoso, 1952.

MORAES, Roberto Menezes de. *Outras Visões para a observação de algumas famílias que atuaram no Vale do Paraíba Fluminense durante o ciclo cafeeiro*. Disponível em www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/27_roberto-menezes.pdf. Acesso em: set. 2021.

Nome: Júlia Sousa Costa

Trabalho: [A baronesa do Paraná e a pintura decorativa](#)

Curso/Instituição: Arquitetura e Urbanismo – UFRJ

Orientadora: Ana Pessoa

Projeto: A Casa Senhorial no Brasil: casas rurais e urbanas do ciclo do café – FCRB

Fonte de financiamento: CNPq

Período: janeiro a agosto de 2021 –1º ano

A família Carneiro Leão tem origem portuguesa, do Porto. Estabeleceram-se no Brasil na metade do século XVIII de forma mais predominante em Pernambuco, mas também no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Nasceu nesta última, em 1801, na Vila de Paracatu do Príncipe, em Jacuí, Honório Hermeto Carneiro Leão. Foi fruto do casamento entre o militar Nicolau Antônio Carneiro e de Dona Joana Severina Augusta.

Em 1836, Honório e sua esposa e prima, Maria Henriqueta, fundaram a fazenda do Lordello. Esta é a única propriedade remanescente da família até os dias de hoje. A morte precoce do marquês fez com que a marquesa viúva, Maria Henriqueta Neto assumisse a administração da fazenda. Ela viveu sempre atenta à modernização e mecanização do café, entretanto levava uma vida austera, sem investimento em decorações e objetos de luxo.

O próximo herdeiro da fazenda foi Henrique Hermeto que receberia o título de barão de Paraná logo após a morte da mãe. Casou-se com Zeferina, terceira filha mulher do casal Marcondes Machado. Ela demonstrava interesse e talento especiais tanto por canto quanto por pintura e os desenvolveu até o fim da vida.

Zeferina desempenhou papel importante no processo de modificação e apropriação da fazenda Lordello. Ela e Henrique deixaram a propriedade mais a seu gosto com alterações na fachada e no interior. Esse gosto também pode ser visto no palacete do Flamengo, situado no grupo de casas da região da rua Marquês de Abrantes.

A baronesa abriu seu palacete a repórter da *Gazeta de Notícias* em 1926, quando já era viúva. Nessa visita ela descreveu a decoração como do gênero historicista, muito em voga na Europa. Na época, os modelos de decoração eram difundidos por meio de livros ou revistas. Eles funcionavam como manuais com regras para a escolha tanto das cores quanto do mobiliário e demais elementos da decoração.

Em especial, busca-se aprofundar na influência do gosto pompeano muito aparente na decoração de interiores feita por Zeferina tanto na fazenda quanto no palacete. Em correspondência com Pedro Paulo Prevot, profissional contratado pelo barão para reformar Lordello, discute-se o uso de oito desenhos na decoração advindos de um tratado pompeano

que existiria na Biblioteca Nacional. Essa apresentação irá comentar a trajetória da fazenda do Lordello e os elementos decorativos introduzidos pelos barões de Paraná.

Referências bibliográficas

COSTA, Júlia S.; PESSOA DOS SANTOS, Ana Maria; OLIVEIRA, Louhana. *Correspondência serviços decorativos Fazenda Lordello, 1889*. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/component/cck/660-correspondencia-pedro-paulo-prevot-ao-barao-de-parana-sobre-servicos-decorativos-na-fazenda-lordello-1889>. Acesso em: 14 set. 2021.

PESSOA, Ana. Notícias de uma fazenda de café: a Fazenda Lordello e a Marquesa de Paraná. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 53, 2020. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/62>. Acesso em: 27 maio 2021.

PESSOA DOS SANTOS, Ana Maria. *Fazenda Lordello*. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/component/cck/352-fazenda-lordello-2>. Acesso em: 14 set. 2021.

PESSOA DOS SANTOS, Ana Maria; DOS SANTOS, Ana Lúcia V; PEREIRA, Madjory de Almeida. *Barão de Paraná, 1916*: inventário. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/component/cck/551-inventario-barao-de-parana-1916>. Acesso em: 15 set. 2021.

PESSOA DOS SANTOS, Ana Maria; DOS SANTOS, Ana Lúcia V. *Palacete Barões do Paraná*. Disponível em: <https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/component/cck/547-palacete-baroes-de-parana>. Acesso em: 15 set. 2021.

SANTOS, Ana Lúcia V. dos. Entre palmeiras e pincéis: Zefarina Carneiro Leão e a Fazenda Lordello. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 53, 2020. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/issue/view/62>. Acesso em: 23 maio 2021.

TOREM, Ana Claudia de Paula. “Afinidades eletivas”: a pintura decorativa e o estuque no Palácio do Catete. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL CASA SENHORIAL: Anatomia de Interiores. 2. *Anais...* Disponível em: https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/artigos?cck=artigos&autor=torem&art_title=&search=pesquisa_artigos&task=search. Acesso em: 25 ago. 2021.

TOREM, Ana Claudia de Paula. Do manual à prática: o repertório ornamental do salão de bilhar do palácio Laranjeiras no Rio de Janeiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL A CASA SENHORIAL: Anatomia dos Interiores, 4. Disponível em: https://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/artigos?cck=artigos&autor=torem&art_title=&search=pesquisa_artigos&task=search. Acesso em: 25 ago. 2021.

Nome: Breno Pagoto de Oliveira

Trabalho: [Corina Coaraci: seus escritos entre transcrições e notas](#)

Curso/Instituição: História/Universidade Federal Fluminense (UFF)

Orientador: Eliane Vasconcellos

Projeto: Corina Coaraci, uma revisão que se impõe

Fonte de financiamento: CNPq

Período: agosto de 2020 a julho de 2021. 3º ano.

O projeto de pesquisa “Corina Coaraci: uma revisão que se impõe” tem por objetivo reunir e divulgar a obra desta escritora do final do século XIX que, apesar de pouco conhecida na atualidade, foi uma destacada jornalista de sua época. Para tanto, desde 2015, as publicações de Corina vêm sendo identificadas, transcritas e anotadas com base nos princípios da ecdótica de modo que se estabeleça um texto mais compreensível ao leitor atual.

Os escritos identificados sob a autoria de Corina foram publicados em diversos periódicos cariocas como: *Cidade do Rio*, *Correio do Povo*, *A Folha Nova*, *O Paiz* e a *Ilustração do Brasil*. Com exceção do *Correio do Povo*, todos os outros veículos citados estão disponíveis virtualmente no portal da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Para além das pesquisas realizadas na hemeroteca citada, a elaboração das notas de rodapé conta com documentos históricos disponibilizados em portais similares como o da Hemeroteca Nacional de Lisboa, *Bibliothèque Nationale de France*, *Library of Congress*, entre outros. Também são amplamente utilizados dicionários, enciclopédias e diversos portais da *internet*.

No período de vigência em questão, as atividades desta bolsa de pesquisa voltaram-se para os escritos de Corina publicados nos periódicos *O Paiz* e *Cidade do Rio*, entre os anos de 1890 e 1891. Estas publicações abordaram os mais variados temas, tais como: reflexões políticas sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1891, a questão do voto feminino, do divórcio, e até comentários sobre a moda, os costumes sociais e a cena cultural da cidade, incluindo teatro, literatura e pintura. Na 16ª Jornada de Iniciação Científica, pretendo apresentar os percursos e resultados destes estudos.

Referências bibliográficas

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem?:* Rio de Janeiro - século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina.* São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro: Graal, 1989.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1997.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FRASER, W. Hamish. *The coming of the mass market: 1850-1914.* Brighton and Hove: Edward Everett Root Publishers Co. Ltd, 2017.

FREYRE, Gilberto. *Modos de homem e modas de mulher.* 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero.* São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

MELLO E SOUZA, Gilda de. *O espírito das roupas: a moda no século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PINHO, Wanderley. *Salões e damas no Segundo Reinado.* 4. ed. São Paulo: Liv. Martins, 1970.

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda: novas pretensões, novas distinções -* Rio de Janeiro, século XIX. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São paulo: Companhia das Letras, 1991.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Nome: Thayná Morena de Oliveira Chagas

Trabalho: [Apresentando o trabalho com as Obras Completas de Rui Barbosa](#)

Curso/Instituição: Letras – Português/Espanhol – UFF

Orientador: Laura do Carmo

Projeto: Levantamento de fontes e transcrição para as Obras Completas de Rui Barbosa

Fonte de Financiamento: Fundação Casa de Rui Barbosa

Período: outubro de 2020 a julho de 2021. 1º ano

O presente trabalho procura apresentar as atividades e a pesquisa feita por mim, pela orientadora e pelas demais bolsistas no projeto “Levantamento de fontes e transcrição para as Obras Completas de Rui Barbosa”. Minha apresentação consistirá em explicar o nosso processo de pesquisa ao trabalhar com os textos inéditos de Rui Barbosa.

O trabalho com as Obras Completas é realizado pelo Setor Ruiano, que tem como uma de suas principais funções levar a público os textos escritos por Rui durante sua vida pública. Durante o projeto são realizadas algumas atividades que são divididas em dois grupos: 1) realização de leituras, fichamentos e discussões; 2) localização, transcrição e conferência dos textos. No trabalho será explicado o processo de localização dos textos, como são realizadas as transcrições e as conferências com os manuscritos, datiloscritos ou impressos. Além desses tópicos, também será apresentado um pouco da história das Obras Completas, ilustrarei com alguns manuscritos e datiloscritos que fazem parte da coleção e apresentarei de forma breve as próximas atividades que o grupo de pesquisa irá desenvolver.

Durante o projeto nos utilizamos de teóricos para fins de melhor aprendizagem sobre crítica textual, tais como, Antonio Candido e César Nardelli Cambraia, autores dos livros *Noções de análise histórica-literária* e *Introdução à crítica textual*, respectivamente.

Para concluir, procurarei explicar da forma mais objetiva e clara o que são as Obras Completas e sobre o projeto em si, tendo como público-alvo, além da banca examinadora, os bolsistas de outras áreas.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José Almino. Rui Barbosa. In: FGV, CPDOC. *Dicionário da elite política republicana: 1889-1930*. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em: out. 2020.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Noções de Análise histórica-literária*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

Nome: Júlia Kovaliauskas Bezerra

Trabalho: [Edições de cartas pessoais](#)

Curso/Instituição: Letras – Português/Alemão – UFRJ

Orientador: Laura do Carmo

Projeto: Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa

Fonte de financiamento: Voluntária

Período: outubro de 2020 a setembro de 2021 – 2º ano

Ao pensar na publicação de um texto, deve-se ter em mente alguns fatores que tornarão essa ação possível. Dentre eles há o objetivo da publicação. Todas as edições, publicadas ou idealizadas, têm um objetivo e um público-alvo, que pode ser restrito ou genérico. Assim, tanto as edições quanto o olhar sobre o texto podem se modificar.

Segundo essa percepção, este trabalho visa demonstrar diferenças editoriais de três coletâneas de cartas, tendo em vista que seus objetivos são distintos. Foi realizado um recorte temático, de acordo com as primeiras experiências nesse projeto: o de edições de cartas (no original) manuscritas. Foram selecionadas três edições, com datas, editores e objetivos distintos, que possuem como ponto em comum Rui Barbosa. Dentre as cartas interpessoais analisadas estão:

1. *Cartas a noiva*: Tal edição que contém as cartas que Rui Barbosa enviou para sua amada enquanto estavam distantes na juventude. Não há as respostas de Maria Augusta, apenas os escritos de Rui.

2. *Meu caro Rui, meu caro Nabuco*: Nesta publicação, os editores optaram por analisar a correspondência entre Rui e Joaquim Nabuco. O conteúdo das cartas, em sua maioria, é de cunho político, com debates, apresentação de estratégias, e eventualmente cortesias à família.

3. *A norma brasileira em construção*: cartas a Rui Barbosa (1866-1899): Esta última publicação é a que contém mais elementos a serem analisados quanto aos critérios utilizados para a edição. Trata-se de uma coletânea de cartas enviadas a Rui, por remetentes diversos. O nível de escolaridade, rendas, naturalidade, influenciam na diferença entre a forma e o conteúdo dessas epístolas.

O teórico que serviu de auxílio durante o processo, não apenas para este trabalho de 2021, mas que faz parte das minhas reflexões desde que entrei no projeto “Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa” é César Nardelli Cambraia. Sua obra *Introdução à crítica textual* delimita minuciosamente cada etapa do estabelecimento do texto.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José Almino de; PESSOA, Ana (Org.). *Meu caro Rui, meu caro Nabuco*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1999.

BARBOSA, Rui; QUEIRÓS, Maria José de. *Cartas à noiva: correspondência com D. Maria Augusta*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa: Civilização Brasileira, 1982

CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afranio (Org.). *A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1866-1899)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Nome: Danielle Cruz

Trabalho: [O escândalo do corta-jaca e os desafios de ler Rui Barbosa um século depois](#)

Curso/Instituição: Letras – Português/Japonês – UERJ

Orientador: Laura do Carmo

Projeto: Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa.

Fonte de financiamento: CNPq

Período: julho de 2020 a julho de 2021. 2º ano

Parte de nossas atividades no projeto “Levantamento de fontes e transcrição de textos para Obras Completas de Rui Barbosa” é a pesquisa sobre o nosso patrono, incluindo sua vida e seus discursos. Nessa apresentação demonstrarei, por meio de relato de experiência, como compreender os discursos “Violência contra estudantes” e “Liberdade de imprensa”, mais de um século depois, só é possível mediante pesquisa.

A curiosidade pelo tema surgiu ao ler o discurso de 1914 intitulado “Em defesa da liberdade de imprensa”, publicado no livro *Escritos e discursos seletos de Rui Barbosa*. Desde o primeiro contato percebi que não compreendi por completo o discurso. Ainda que sua ideia geral fosse simples, havia algumas frases e trechos argumentativos que pareciam fazer referência a eventos que não são explicitamente citados no texto. Não é raro que isso aconteça ao ler um discurso parlamentar escrito há mais de um século. O que realmente me chamou a atenção foram as críticas que Rui direcionava à então primeira dama, dando a impressão de que haveria algum tipo de desaprovação sobre o modo como ela influenciava o governo de Hermes.

[...] o marechal, não se conformando com a situação retraída que se reserva em França e nos Estados Unidos às mulheres dos presidentes, conduziu por sua mão a esposa ao proscênio da vida oficial, e sentou a eleita do seu coração do seu lado na onipotência da sua ditadura. Não era lícito a imprensa deixar de exercer os deveres da censura sobre as irregularidades e inconveniências oriundas da falsa posição criada por esse erro, desde a *matinée* esponsalícia, em que os canhões de um dos nossos navios de guerra se engrinaldaram, para saudar o idílio presidencial, até a recepção oficial de há poucos dias, onde, aos acentos do violão, Terpsícore apresentou à sociedade brasileira e ao corpo diplomático as graças do “Corta-Jaca”. (BARBOSA, 1995, p. 728)

Intrigada por falas como essa, fui pesquisar sobre as razões da possível discórdia entre Rui Barbosa e Nair de Teffé, descobrindo a polêmica que ficou apelidada por “escândalo do corta-jaca”. Segundo DINIZ (2009), ao perceber que não se tocava música nacional nas recepções oficiais, a primeira dama Nair de Teffé, contata um amigo e antigo professor de música que lhe apresenta o corta-jaca de Chiquinha Gonzaga. Na última recepção oficial do

governo de Hermes, Teffé toca ao violão o maxixe, sendo duramente criticada pela imprensa e pelos opositores políticos de Hermes. Rui Barbosa, um dos mais notáveis opositores, também é sempre citado. Nas notícias frisam que no dia seguinte ao evento, o jurista fez um discurso inflamado do Senado Federal. A citação que aparece é sempre a mesma:

Uma das folhas de ontem estampou em fac-símile o programa de recepção presidencial em que, diante do corpo diplomático, da mais fina sociedade do Rio de Janeiro, aqueles que deviam dar ao país o exemplo das maneiras mais distintas e dos costumes mais reservados elevaram o "Corta-jaca" à altura de uma instituição social. Mas o "Corta-jaca" de que eu ouvira falar há muito tempo, o que vem a ser ele, sr. Presidente? A mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens, a irmã gêmea do batuque, do cateretê e do samba. Mas nas recepções presidenciais o "Corta-jaca" é executado com todas as honras da música de Wagner, e não se quer que a consciência deste país se revolte, que as nossas faces se enrubescam e que a mocidade se ria!. (BARBOSA, 1914, p. 344)

Há poucas variantes no modo como esse caso é contado, de fonte para fonte. O que se repete sempre é: a ausência de música brasileira, o pioneirismo da música de Chiquinha Gonzaga e a citação do discurso de Rui, resumindo o pensamento da sociedade conservadora da época.

Procurei então pelo discurso completo, encontrando-o no volume 41, tomo 2 de 1914, nas OCRB Digital. Esperava encontrar um discurso criticando a primeira-dama, o presidente e a música nacional, porém, constatei surpresa que o texto se tratava de uma argumentação bem atual sobre o direito à manifestação do povo, em especial dos estudantes. A menção de Rui aos eventos anteriores se dá apenas nesse parágrafo, retirado tanto do contexto do discurso quanto do de sua época. Na apresentação contarei sobre as descobertas feitas quando me dediquei à pesquisa, tentando entender o contexto e as principais personagens, entendendo um pouco mais desses dois discursos de Rui Barbosa de leitura em leitura.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Rui. *Discursos parlamentares*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1973. (OCRB, v. 41, 1914, t. 2).

BARBOSA, Rui. Em defesa da liberdade de imprensa. In: LACERDA, Virgínia Cortes (Org.). *Rui Barbosa: escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1995. p.720-732.

DINIZ, Edinha. Chiquinha Gonzaga: *Uma história de vida*. Rio de Janeiro, Zahar, 2009. P. 86-95.

Nome: Anderson Albérico Ferreira

Título: [Legislação em cultura para além das políticas culturais, uma questão de memória.](#)

Curso: Produção Cultural (IFRJ)

Orientadora: Eula Dantas Taveira Cabral

Projeto: Políticas Culturais e contemporaneidade: criação de um centro de referência e de estudos em Política Culturais (2016-2020).

Fonte de financiamento: FCRB

Período: agosto de 2020 a janeiro de 2021– 2º ano

Não há dúvida de que a produção legislativa ocupa um lugar crucial no ciclo de implementação de qualquer política pública. Isso porque, sem minimizar os demais processos, a produção normativa e sua promulgação é elemento chave, na medida em que formaliza e valida a política pública política, define seus parâmetros de ação e estabelece a forma como o tema está inserido na agenda de ação do Estado. No caso brasileiro, documentos normativos e regulatórios são quase a totalidade da política pública. Enxergamos essa característica de forma clara ao focalizarmos as experiências de gestão pública do campo da cultura.

Historicamente, notamos que, antes do escopo de uma política pública de cultura, se estabelecia um robusto *corpus* documental que não satisfazia as necessidades e objetivos que se objetivava sanar ou atingir, sobretudo ao não passar pelos estágios estruturantes do ciclo de estabelecimento da política pública em que envolvem o diálogo com a população. Essa particularidade pode ser lida como um movimento de se estabelecer prontas respostas às demandas e pressões sociais e às próprias necessidades de modernização sócio-políticas.

Um exemplo evidente é a construção da política patrimonial nacional que se sustentou por muitos anos no tombamento, ou seja, na imobilização de certos bens culturais, considerados de excepcional valor histórico e artístico nacional, que não representavam a memória e a identidade da população. Neste sentido, as políticas públicas de cultura, que de acordo com alguns historiadores surgem na década de 1930 (CALABRE, 2009), valorizam a produção documental de cunho regulatório da cultura e dos bens culturais nacionais.

Ora, se as políticas culturais se tornam efetivas a partir de documento, consequentemente sua memória, para além da mente dos indivíduos partícipes dessas ações, de fotos e outros tipos de registro, estarão ancoradas na documentação oficial gerada pela administração pública. É possível dizer que a memória das políticas culturais está presente tanto nos textos culturais como nos textos históricos – na documentação.

Diante dessa importância conferida aos documentos, observamos um movimento que estabelece formalmente o imperativo da preservação documental e da memória da gestão, das

políticas e da administração pública. Essa preocupação se materializa nos §2º do artigo 216 – que exige da Administração Pública a guarda e a franquia da documentação governamental para quem dela necessite – e § 3º do artigo 23 – que estabelece que os entes federados e a União possuem o dever de proteger, dentre outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os documentos (BRASIL, 1988). Ambos pretendem constituir e institucionalizar a cultura da memória, uma vez que é um elemento basilar para novas ações, projetos, programas e políticas implementadas pela União e pelos entes federados.

No que se refere à democratização do acesso à informação, os ideólogos da Constituição já entendiam que a memória institucional, das políticas e da ação do Estado, é tanto um direito como um bem da nação. Contudo, o que vemos na prática é o contrário. Existe ausência da cultura da memória, que não se limita à memória administrativa ou institucional. Observa-se descaso em relação à preservação do memorial no sentido amplo.

Ainda que tenhamos uma Lei de Arquivo (BRASIL, 1991), na prática observamos uma insuficiência regulatória e escassa preocupação com a salvaguarda dos documentos e registros dos processos ocorridos. Na contramão deste cenário, são construídos o Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais (RUBI) e o Centro de Referências em Políticas Culturais, como objetivo de resguardar esses registros e promover seu acesso à população, de forma a proteger a memória da gestão, das políticas e da própria cultura brasileira.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, *Lei 8.159/ 1991*. Lei N. 8.159, de 8 de janeiro de 1991: Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Ed. FGV, 2009.

Nome: Isabela Cruz dos Santos de Freitas

Trabalho: [Resgatando a memória: a preservação dos registros culturais a partir do Centro de Referência e de Estudos em Políticas Culturais, o estudo de caso do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM](#)

Curso/Instituição: Museologia/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Orientador: Eula Dantas Taveira Cabral

Projeto: “Políticas culturais e contemporaneidade: Criação de um centro de referência e de estudos em políticas culturais (2016-2020)”

Fonte de financiamento: FCRB

Período: dezembro de 2019 a agosto de 2021 – 2º ano.

Concebido a partir da criação da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão – FCRB, o projeto “Políticas culturais e contemporaneidade: criação de um centro de referência e de estudos em Políticas Culturais (2016-2020)” tem como intuito “construir um Centro de Referência e de Estudos em Políticas Culturais, disponibilizando as informações através de um repositório próprio hospedado no portal da Fundação Casa de Rui Barbosa com o objetivo de ampliar o acesso aos diversos estudos existentes”.¹ O repositório surge como instrumento de salvaguarda da memória “formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla”,² da trajetória das políticas culturais, “[...] entendidas habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas”,³ sejam elas nacionais ou internacionais.

Sendo assim, o acervo deste repositório não se restringe a uma determinada tipologia documental, ou mesmo uma entidade em específico. No entanto, este trabalho tem como recorte o mapeamento da documentação referente à legislação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM hospedada no Centro de Referências de Políticas Culturais.

Vinculada ao Ministério da Cultura do ano de 2009 a 2019, ano de extinção do MinC, através da medida provisória nº 870, publicada em edição especial do Diário Oficial da União, atualmente se encontra vinculada ao Ministério de Turismo⁴.

A autarquia tem como intuito atuar como órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação

¹ CALABRE, Lia. *Políticas Culturais e contemporaneidade*, p. 10.

² SIMSON, Olga Rodrigues de M. von. *Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento*, p. 63-74.

³ COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*.

⁴ GOVERNO FEDERAL. Ministério do Turismo. Organograma.

dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros⁵, possibilitando uma uniformização das instituições museais em prol da democratização do acesso a cultura.

Esta iniciativa surge em meio a instabilidade do setor da cultura no país, mais especificamente da fragilidade dos documentos relacionados ao órgão em seu endereço digital, como meio de preservar, resgatar e disponibilizar de forma pública a memória acerca da legislação da instituição que exerce grande atuação no campo das políticas culturais, principalmente sobre o funcionamento e normatização dos museus em todo o território brasileiro.

Com setores e instituições reguladoras sendo constantemente construídos e desconstruídos, uma grande quantidade de material informacional sendo perdida, e registros importantes sendo apagados, a iniciativa do Repositório é manter viva a memória da cultura brasileira, disponibilizando informações verídicas, em grande número, advindo de um processo constante de análise e coleta, destinada a todo aquele que desejar acessá-la.

Referências bibliográficas

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais e contemporaneidade: criação de um centro de referência e de estudos em Política Culturais – 2016- 2020*. Projeto de pesquisa. Setor de Estudos em Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. p. 10

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo, Iluminuras, Fapesp, 1997: “Um domínio para a política cultural”. p.9-16; e “Política cultural”, 293-300.

GOVERNO FEDERAL. Ministério do Turismo. Organograma. Disponível em: www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organograma. Acesso em: 17 set. 2021.

GOVERNO FEDERAL. Ministério do Turismo. Sobre o órgão. Disponível em <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/sobre-o-orgao>. Acesso em: 17 set. 2021.

SIMSON, Olga Rodrigues de M. von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo docente de memória da UNICAMP. In: FARIA FILHO, Luciano M. de (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. p. 63-74.

⁵ GOVERNO FEDERAL. Ministério do Turismo. Sobre o órgão.

Nome: Danielle Fernandes Rodrigues Furlani

Trabalho: [A construção de espaços antifeministas de educação na internet](#)

Curso/Instituição: Ciências Sociais – Universidade Federal Fluminense

Orientadora: Eula Dantas Taveira Cabral

Projeto: Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados

Fonte de financiamento: CNPq

Período: agosto de 2020 a agosto de 2021 – 2º ano.

No Brasil, o cenário comunicacional é marcado pela concentração dos meios de comunicação e pela falta de diversidade cultural e pluralidade de conteúdo. Cinco conglomerados de comunicação (Globo, Record, SBT, Bandeirantes e Rede TV!) alcançam quase todo o território brasileiro e controlam o que mais de 90% da população assiste diariamente (CABRAL, 2020). Os conteúdos veiculados por estes conglomerados influenciam como determinados acontecimentos e pautas serão entendidos e absorvidos pela sociedade.

No que concerne à internet, a PNAD Contínua (IBGE, 2021) identificou que era utilizada em 79,1% dos domicílios permanentes. Os resultados da pesquisa mostraram ainda que a faixa etária dos 18 a 29 anos de idade continuou sendo a que mais usa a internet no país. No *ranking* de maiores usuários de internet no mundo, o Brasil é o quarto, como constatado pelo Mídia Dados 2020. Em relação ao perfil do internauta brasileiro, 47% são do sexo masculino e 53% do sexo feminino. Quanto ao uso de internet, 88,9% consideram como primeiro lugar onde podem obter informações.

Neste escopo, a internet é vista por diversos grupos sociais, grupos que não se veem representados pela mídia hegemônica, como um meio de articulação e disseminação de seus ideais políticos. O meio virtual modificou a forma como ideias são expressas, como informações são compartilhadas e como relações são estabelecidas, influenciando o cotidiano concretamente.

Movimentos sociais, como o Feminismo, apostam no espaço online como um ambiente de proliferação de seus discursos e pautas, também o fazendo aqueles que lhe fazem oposição. O antifeminismo, segundo Lamoureux e Dupuis-Déri (2015 *apud* BONET-MARTÍ, 2021), pode ser definido como contramovimento por surgir em oposição aos indivíduos, políticas e ideais feministas. E, assim como o feminismo, é plural e complexo com formas distintas de atuação na sociedade (BONET-MARTÍ, 2021).

A partir da pesquisa “Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados”,

esta comunicação tem por objetivo analisar a construção de espaços educacionais antifeministas na internet, tendo por base o curso Clube Antifeminista idealizado pela Deputada Estadual de Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo. Para isso, também é necessário levantar as principais discussões antifeministas em torno da educação no país.

Partindo dessa perspectiva, esse trabalho leva em consideração pesquisas bibliográfica e documental, além da análise de páginas na web, se concentrando nas seguintes indagações: de que forma e sobre quais discursos estes espaços são construídos? Como se configuram? Como apontado em outro trabalho (CABRAL e FURLANI, 2021), o antifeminismo vem reunindo figuras-chaves extremamente midiáticas, dos mais diversos campos do conhecimento, com implicações para além do espaço online, como se pode observar na realização do 1º Congresso Antifeminista do Brasil, por exemplo. Desse modo, há necessidade de se compreender os discursos levantados por estes atores, assim como os espaços que constroem para proliferação de suas visões de mundo.

Referências bibliográficas

BONET-MARTÍ, Jordi. Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales. *Teknokultura*. Barcelona, v. 18, n. 1, p. 61-71, 2021. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/TEKN/article/view/71303>. Acesso em: 16 fev. 2021.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. O cenário da Cultura e da Comunicação no Brasil. In: CABRAL, Eula Dantas Taveira. (Org.). *Panorama reflexivo da cultura e da comunicação*. Divinópolis: Meus Ritmos, 2020, p. 13-27.

CABRAL, Eula D.T.; FURLANI, Danielle F. R. Mulheres e mídia: o antifeminismo na internet. In: *Anais da 9.ª edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*, 2021, formato remoto. v. 1. p. 1-19.

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

IBGE. PNAD – Tecnologia da Informação e da Comunicação 2019. *IBGE*, 2021. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

MÍDIA DADOS 2020. *Mídia Dados*, 2020. Disponível em: <https://midiadados2020.com.br>. Acesso em: 14 jan. 2021.

Nome: Carolina Venancio Magalhães

Trabalho: [Relações entre mídia e agronegócio: aproximações entre grupos de poder no Brasil](#)

Curso/Instituição: Comunicação Social – Rádio/TV – UFRJ

Orientador: Eula D.T. Cabral

Projeto: Concentração midiática diante da democratização dos meios de comunicação e diversidade cultural: estratégia dos grandes conglomerados

Fonte de financiamento: CNPq

Período: fevereiro a agosto de 2021 – 1º ano

Em 2016 começou a ser veiculada na Rede Globo de Televisão a campanha “Agro - A Indústria Riqueza do Brasil”. Prevista para ficar no ar até 2019, até hoje é veiculada. Seu caráter se assemelha mais com propaganda institucional do que publicidade, isto porque está vendendo uma ideia, e não um produto. Em cada *spot* da campanha é visível a exaltação do agronegócio, chamado de “agro”, na apresentação dos produtos agropecuários, sua importância para o crescimento econômico e dia a dia da população. Em palestra do Global Agrobusiness Forum 2017, o gerente da Central Globo de Marketing, Roberto Schmidt, afirma que a campanha visa conectar produtor rural com consumidor, na tentativa de criar empatia e confiança com o público diante do “agro”.

O agronegócio é um modelo de produção, resultado de um processo de mecanização das atividades agrícolas, iniciado na década de 70 no Brasil e que, atualmente, é entendido pela união entre agricultura e indústria. Nos anos 90, esse modelo se consolidou no Brasil e o termo *agronegócio* se tornou cada vez mais popular. Guilherme Delgado (2013) chama atenção para o papel da grande mídia nesse processo de consolidação e o uso dos espaços midiáticos para legitimação, onde imprensa, rádio e TV estão identificados com a “formação ideológica explícita do agronegócio”.

Segundo o projeto “Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados” (CABRAL, 2020), a mídia brasileira está oligopolizada por grupos com os maiores alcances nos domicílios brasileiros. O sistema privado domina as comunicações, onde grupos empresariais exercem influência na produção de conteúdo e de políticas nas áreas que atuam, eliminando possibilidades de conteúdo plural, diversidade cultural e democracia plena. Para Faustino (apud CABRAL, 2020), “a concentração dos Media pode reduzir a informação a pontos de vista dominantes e, por conseguinte, constituir uma ameaça para os interesses da sociedade”.

Nesse sentido, a partir das propagandas do agronegócio veiculadas pela Rede Globo, da noção da mídia enquanto elemento fundamental para a consolidação do modelo do

agronegócio, e da perspectiva que os representantes da mídia e do agronegócio fazem parte de uma elite nacional com grande poder político e econômico, surge uma reflexão acerca das relações que são estabelecidas entre estes dois grupos. Assim, o objetivo do trabalho é verificar as materialidades dessas relações.

Para esta análise, foi realizada revisão bibliográfica multidisciplinar sobre o agronegócio no Brasil, verificando suas raízes históricas, seu processo de consolidação e suas contradições e sobre o papel e a organização da mídia no país sob a ótica da Economia Política da Comunicação. Foi produzido o cruzamento de dados pré-existentes sobre membros da Frente Parlamentar Agropecuária e políticos donos de emissoras de televisão, a partir dos dados de Suzy dos Santos e Janaine Aires (2017). Foi feito o levantamento das famílias donas de veículos de comunicação que possuem negócios agropecuários a partir do Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor – MOM), pesquisa realizada pelo Intervozes e pelo Repórter sem fronteiras em 2017. Por fim, levantamento das emissoras de televisão com conteúdo especializado voltadas para o meio rural e propagandas institucionais que buscam passar uma imagem positiva do agronegócio.

A partir das informações coletadas, foi possível observar que mídia e agronegócio se relacionam em diversos espectros. Essas formas de relacionamento são importantes de serem avaliadas para entender a organização desses grupos de poder, de modo que a sociedade brasileira tenha ferramentas para construir visão crítica sobre o sistema na qual está inserida.

Referências bibliográficas

AIRES, J.S.F; SANTOS, Suzy dos. *Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

CABRAL, Eula D.T. Concentração midiática diante da democratização da comunicação e da diversidade cultural: análise das estratégias dos grandes conglomerados. Rio de Janeiro: FCRB, 2020. EPCC. Disponível em <https://pesquisaicfcrb.wixsite.com/epcc/pesquisas>

DELGADO, Guilherme. Economia do Agronegócio (Anos 2000) como Pacto do Poder com os Donos da Terra. *Reforma Agrária*, Campinas, ed. especial, p. 61-68, jul. 2013a. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/10/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

MONITORAMENTO da Propriedade da Mídia. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 17 set. 2021.

Nome: Ana Luíza Guimarães Ribeiro

Trabalho: [Avodum chomto: tecendo laços com seus irmãos de destino. O conceito de amizade entre falantes de língua mina e de português.](#)

Curso/Instituição: História – Licenciatura/Universidade Federal Fluminense

Orientadora: Ivana Stolze Lima

Projeto: História social das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua Mina

Fonte de financiamento: CNPq

Período: agosto de 2020 a julho de 2021 – 3º ano

Antônio da Costa Peixoto em seus manuscritos de *Alguns apontamentos da lingoa minna com as palavras portuguezas correspondentes*, de 1731, e a *Obra nova da lingoa geral de mina traduzida ao nosso igdioma*, de 1741, produziu uma espécie de vocabulário no qual aparecem termos em língua mina com tradução para o português. A organização deste vocabulário não segue uma ordem alfabética, ordenando-se conforme questões temáticas. No decorrer do projeto *História Social das Línguas Africanas no Brasil*, realizamos coletivamente a transcrição dos dois manuscritos, o que nos permitiu entender melhor o seu processo de elaboração e também os termos em língua mina. Um dos aspectos das línguas do grupo gbe, do qual a língua mina faz parte, é a formação de palavras compostas a partir de morfemas ou lexemas monossilábicos que se justapõem, formando um sentido novo, como em *alô* (mãos) e *vi* (filho), que se reuniram em *alóvi* (dedos das mãos). A partir da compreensão dessa característica, foi possível acompanhar e entender a construção dos termos em língua mina no manuscrito. Utilizamos dicionários de fon atual para auxiliar nessa análise.

O termo *chomto*, com o qual nos deparamos durante a transcrição dos vocabulários de Antonio da Costa Peixoto, traduzido pela palavra *amigo* em português, remete-nos ao trabalho *Dahomey, an Ancient West African Kingdom*, de Melville Herskovits, em que conseguimos ter contato com um campo cultural amplo de parte de uma experiência africana na área Gbe e observamos como, na sociedade daomeana, as relações de amizade ocupam um lugar de grande importância na vida dos indivíduos. Ter um melhor amigo, para além de ter um companheiro em quem se possa confiar e que traga alívio psicológico, é reconhecido como uma necessidade para funções ritualísticas, para realizar serviços e sacrifícios, assumindo uma função institucional.

Nos manuscritos de Peixoto, ainda encontramos o termo *avodum chomto*, com a tradução para o português de *compadre* ou *comadre*. Para investigar o significado atribuído à partícula *vodum* (divindade), recorreremos ao pesquisador Luis Nicolau Parés. Segundo Parés, o culto ao *vodum* é uma marca cultural da área dos gbe falantes. Identificamos a partícula *vodum* em diversos termos relacionados à religiosidade, como *avóduno* (pai), *avódum chu*

he (igreja) e *avódum zampê* (dia santo). Esta passagem é significativa, visto que aponta para um indício das relações de apadrinhamento que, como ressalta Moacir Maia, foram as primeiras e principais formas de os africanos e africanas estabelecerem laços de solidariedade entre si. Esses laços possibilitaram um certo auxílio nas negociações cotidianas com os senhores e também estavam relacionados com a escolha de parentes espirituais. A motivação para o próprio apadrinhamento católico parecia estar relacionada ao conceito mina de amizade.

Peixoto, em seus manuscritos, realiza uma tradução entre vivências que estavam sendo confrontadas, com códigos culturais diferentes. Este contraste entre o mundo dos africanos e dos brancos é bem marcado em passagens referentes às relações de amizade: *mipoupou màhi chomto* (nós não somos todos amigos, ou camaradas. Responde: *mesesim matim hi habouno hã* (os canhambolas não têm amigos brancos). Busco, a partir do contato com esta tradução, na qual as experiências dos interlocutores estão marcadas, explicar a ideia de amizade para os falantes da língua mina, no campo cultural da área gbe, e posteriormente como estes laços foram reconstruídos no contexto da diáspora.

Referências bibliográficas

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FARIAS; Juliana Barreto; LIMA, Ivana Stolze; RODRIGUES, Aldair (org). *A diáspora mina: africanos entre o Golfo do Benim e o Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj/Nau, 2020.

HERSKOVITS, Melville J. *Dahomey, an Ancient West African Kingdom*. New York: J. J. Augustin, 1938.

MAIA, Moacir. O apadrinhamento de africanos em Minas colonial: o (re)encontro na América (Mariana, 1715-1750). *Revista Afro-Ásia*. Salvador, n. 36, p. 39-80, 2007.

PARÉS, Luis Nicolau. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PEIXOTO, Antonio da Costa. *Alguns apontamentos da lingoa minna com as palavras portuguezas correspondentes*. 1731. Manuscrito, Biblioteca Nacional de Lisboa.

PEIXOTO, Antonio da Costa. *Obra nova da lingoa geral de mina traduzida ao nosso igdioma*. 1741. Manuscrito, Biblioteca Pública de Évora.

Nome: Vinicius Steidle

Trabalho: [Aquhé: o ouro mina e a resignificação da atividade comercial em Minas Gerais, século XVIII](#)

Curso/Instituição: Bacharel em História – UFF

Orientadora: Ivana Stolze Lima

Projeto: História social das línguas africanas no Brasil: a língua de Angola e a língua Mina.

Fonte de financiamento: CNPq

Período: agosto de 2020 a agosto de 2021. 1º ano.

Os manuscritos de Antônio da Costa Peixoto (1731-1741) trazem em seu conteúdo transcrições de palavras do idioma mina traduzidas ao português. Dentro desse universo, nossos estudos se dedicaram à questão monetária, identificando elementos que poderiam ser pensados na relação da circulação do ouro com a atividade comercial, identificando também a presença do idioma português e do idioma mina dentro dessas negociações. Nossa intenção é trabalhar uma ideia de tradução, buscando compreender questões relativas ao comércio, sendo uma continuação dos trabalhos apresentados na jornada passada. Nesse momento, a tarefa é voltar os olhares aos repertórios intelectuais trazidos na diáspora, direcionando a atenção à experiência de comércio trazida pelos africanos das culturas da Costa da Mina. Dos manuscritos de Peixoto, selecionei o trecho “Conta de ouro”, que contém as seguintes traduções, entre outras: “*Aquhé* (ouro); *Aquhé tumtum* (dinheiro); *Aquhé gèrègam* (balança de pesar ouro); *Aquhé dupou* (1 vintém); *aquhéhóhé* (dois vinténs); *aquhehatom* (quatro vinténs); *Aquhéou* (1/4 de oitava); *Aquhéafótom* (1/4 de oitava e 80 réis)”. A palavra *Aquhé*, no contexto histórico da mineração do século XVIII, era palavra-chave que correspondia ao termo *dinheiro* no idioma mina. Era também um ponto de partida para outros termos da língua mina relacionados ao dinheiro, como moedas, vintém e oitavas de ouro. Essa construção partia da junção da referida partícula com outros elementos, construindo uma nova palavra usada no circuito comercial do ouro de Minas Gerais. O estudo apresentado na jornada passada, sobre a atuação das africanas forras donas de venda, me levou agora a voltar o olhar para o continente africano, buscando estabelecer um elo entre a mineração e as atividades comerciais ocorridas na outra ponta do Atlântico e o significado do termo *Aquhé*. A compreensão dos movimentos comerciais no reino do Daomé permite refletir sobre os movimentos comerciais da mineração ocorrida na América Portuguesa, interessando-nos entender como a experiência prévia do Daomé foi resignificada. A formação da economia do Daomé tem grande relevância em nossa investigação, assim como o contato comercial com outras etnias atuantes do Golfo do Benim. Essa complexa rede comercial demandava uma gama variada de mercadorias usadas como moeda de troca por escravos, como os búzios

vindos das Maldivas, tabaco baiano e tecidos da Índia. Nesse contexto de trocas entre reinos da África e impérios europeus, é que identificamos os elementos que contribuem para melhor entender o conceito *Aquhé*.

Referências documentais e bibliográficas

CAMILO, Débora Cristina. *As donas da rua: comerciantes de ascendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800)*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015.

CARRARA, Angelo Alves. Amoedação e oferta monetária em Minas Gerais as Casas de Fundação e Moeda de Vila Rica. *Vária História*. Belo Horizonte, v. 26 n. 43, 2010.

FARIAS, Juliana; LIMA, Ivana Stolze; RODRIGUES, Aldair (Org.). *A diáspora mina: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil*. Rio de Janeiro: Nau, 2020.

GREEN, Toby. *A fistful of shells: west Africa from the rise of the slave trade to the age of revolution*. Londres: Penguin Random House UK, 2019

LIMA, Ivana Stolze. A voz e a cruz de Rita. Africanas e comunicação na ordem escravista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, n. 79, 2018.

MANNING, Patrick. *Slavery, colonialism, and economic growth in Dahomey, 1640-1960*. Cambridge. Cambridge University Press. 1982.

OLIVEIRA, Felipe. Os fluxos mercantis da capitania de Minas Gerais: o registro do caminho Novo. In: Carrara, A. (org.). *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010

PEIXOTO, Antonio da Costa. *Alguns apontamentos da língua mina com as palavras portuguesas correspondentes*. 1731. Manuscrito, Biblioteca Nacional de Lisboa.

PEIXOTO, Antonio da Costa. *Obra Nova da Língua Geral de Mina*. 1741. Manuscrito, Biblioteca Pública de Évora.

PEREIRA, A. *Um mercador de Vila Rica: atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

Ata da 16ª Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa. Contém indicação dos trabalhos premiados.

Nos dias 08 do mês de outubro de 2021, sexta -feira, às 10 horas, por meio do aplicativo de reunião virtual: plataforma *Jitsi Meet*, foi realizada a 16ª Jornada de Iniciação Científica da FCRB. O evento tinha como objetivo analisar os resultados das pesquisas dos bolsistas de IC referentes ao ano base 2020-2021. A pesquisadora Dra. Laura do Carmo, do Comitê Institucional do PIC-FCRB, abriu a Jornada agradecendo a participação e o empenho de todos. As quatro mesas se realizaram conforme previsto na programação que integra este documento. Terminado o debate, as integrantes do Comitê Institucional pediram a palavra e teceram considerações sobre as apresentações e agradeceram a todos que participaram por terem sido os responsáveis pelo sucesso do evento. Foi feito agradecimento especial a Sólón Luna, que assessorou tecnicamente o evento e auxiliou na apresentação dos vídeos e imagens. Ao fim da jornada, o Comitê Institucional e os avaliadores externos, a professora Dra. Cláudia Gurgel (UNIRIO) e o professor Dr. Marcelo dos Santos (UNIRIO), reuniram-se para avaliar as apresentações. Depois de feita a análise do grupo, chegou-se à conclusão que os bolsistas que mais se destacaram foram: Breno Pagoto de Oliveira (História/Universidade Federal Fluminense – UFF); Vinicius Steidle (História/Universidade Federal Fluminense – UFF) e Júlia Sousa Costa (Arquitetura e Urbanismo/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Esta ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, Eliane Vasconcellos e pelos demais membros do Comitê Institucional e dos avaliadores externos.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2021.

Eliane Vasconcellos

Laura do Carmo

Claudia Gurgel

Marcelo dos Santos